

Emenda cria delegado

Política

quarta-feira, 18/9/85 □ 1º caderno □ 3

constituente e prevê referendo

Brasília — Os líderes da Aliança Democrática informaram ao Presidente José Sarney, que a sua emenda de convocação da Constituinte, ao contrário do que ele desejava, deverá receber um substitutivo, com três novidades, a serem votadas em separado, por destaque: ampliação do prazo de desincompatibilização de cinco ou seis meses (conforme o caso) para nove meses; eleição de 120 delegados constituintes com vinculação partidária, mas sem mandato no Congresso; e referendo popular para as decisões da Constituinte rejeitadas por um terço dos votos.

A questão da desincompatibilização foi a que ocupou a maior parte das discussões, na reunião de ontem do Conselho Político, e pelo menos um dos presentes, o Senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, insurgiu-se contra a idéia. Ele garantiu que a dilatação do prazo de desincompatibilização não encontrará respaldo na sua bancada, que tem 25 senadores e poderia derrubar a proposta. Outro dos líderes presentes à reunião e poderia derrubar a proposta. Outro dos líderes presentes à reunião poderia derrubar a proposta. Outro dos líderes presentes à reunião garantiu, entretanto, que a avaliação de Lucena não é correta e que a matéria será aprovada com facilidades nas duas Casas.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, levava uma proposta de oito meses para a desincompatibilização: "15 de março seria a melhor época para a mudança, porque é o início do ano político", argumentou.

— Dessa decisão eu me exco. É uma deliberação nitidamente congressional — disse o Presidente Sarney, esquivando-se de discutir o assunto.

O Ministro da Educação, Marco Maciel, contrário, como a quase totalidade de seus companheiros de Ministério, à ampliação do prazo, está prevenindo que a aprovação da emenda mudará radicalmente o perfil da Nova República. É que um mínimo de 15 ministros deixarão os postos para disputar eleições em 1986.

A idéia de candidatos avulsos à Constituinte foi definitivamente sepultada ontem, apesar de pressões de setores da sociedade civil e até de parlamentares. O próprio Deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, tentou inutilmente convencer Sarney de que esta é uma boa idéia. Em seu lugar, com a aprovação do Presidente, surgirá o delegado constituinte com filiação partidária.

Eleitos junto com os congressistas, os delegados serão 120 — de um a 20 para cada Estado, proporcionalmente à população — e com poderes apenas constituintes, extinguindo-se o mandato após a aprovação da Carta Magna.

DUAS ELEIÇÕES

Durante a reunião, foi discutida, ainda, a possibilidade de inclusão no substitutivo de uma subemenda do Deputado Pedro Colli (PFL-SC), que antecipa a eleição dos parlamentares federais e estaduais para 7 de setembro, ficando a dos governadores para 15 de novembro. Mas não houve uma decisão.

A maior participação popular na elaboração da Constituinte poderá ser viabilizada com a adoção da proposta de referendo popular para aprovação dos artigos em que pelo menos um terço dos constituintes vote contra. Segundo explicou o líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, mesmo que a matéria passe pela aprovação de dois terços, se o terço restante votar contra, a decisão será da sociedade, com o referendo.

— O que queremos é levar parcial ou integralmente ao plebiscito o texto elaborado pela Constituinte — explicou o Senador Carlos Chiarelli.

O jurista Célio Borja, assessor especial do Presidente Sarney, defendeu a convocação da Constituinte nos termos da emenda enviada pelo Executivo ao Congresso: "Ela dá a todos os brasileiros o direito de representação, é livre e soberana e não relega o Poder Legislativo a plano secundário."

ANC 88
Pasta 09/85
056/1985